

Educação e saúde mental na escola: práticas pedagógicas, políticas e inclusão socioemocional

Education and mental health at school: pedagogical practices, policies, and socio-emotional inclusion

Educación y salud mental en la escuela: prácticas pedagógicas, políticas e inclusión socioemocional

Valéria da Silva Ferreira Pedrosa

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

Endereço: Deerfield Beach – Florida, Estados Unidos

E-mail: alexandrepedrosa95@gmail.com

Ana Pio de Souza

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

Endereço: Deerfield Beach – Florida, Estados Unidos

E-mail: anaassessoria11@gmail.com

Sandra Araldi Rodrigues

Mestranda em Gestão em Cuidados da Saúde

Instituição: Must University

Endereço: Deerfield Beach – Florida, Estados Unidos

E-mail: sandra_araldi@hotmail.com

Ana Paula Côgo de Oliveira

Especialista em Língua Portuguesa

Instituição: Faculdades Integradas de Jacarepaguá

Endereço: Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: anapaulacogo_@hotmail.com

Eliziário Jackson Mesquita

Doutorando em Ciências da Educação

Instituição: Facultad de Ciencias Sociales Interamericana (FICS)

Endereço: Assunção – Paraguai

E-mail: elizariojacksonmesquita@yahoo.com.br

Michelle de Fátima Santos

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

Endereço: Deerfield Beach – Florida, Estados Unidos

E-mail: profmichellesantos1505@gmail.com

Emerson Soares Santos

Mestre em Ciências das Religiões
Instituição: Faculdade Unida de Vitória
Endereço: Vitória – Espírito Santo, Brasil
E-mail: emerson@editorialattice.com.br

Viviane dos Santos Silva

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
Endereço: Deerfield Beach – Florida, Estados Unidos
E-mail: viviane.silvasantos20@gmail.com

RESUMO

A crescente preocupação com o adoecimento emocional de crianças e adolescentes trouxe para o centro do debate educacional a importância de compreender a escola como espaço de promoção de saúde mental e bem-estar socioemocional. Este estudo tem como objetivo analisar o papel da instituição escolar na prevenção de transtornos emocionais, investigando como políticas públicas e práticas pedagógicas podem articular-se para a construção de ambientes inclusivos e humanizados. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, fundamenta-se em autores como Almeida (2023), Silva (2023), Tavares (2024) e Vygotsky (2009), que discutem a dimensão psicossocial da aprendizagem e a mediação afetiva na formação do sujeito. Os resultados indicam que, embora as políticas educacionais avancem na valorização da educação socioemocional, persistem lacunas entre discurso e prática. Conclui-se que o fortalecimento da saúde mental no contexto escolar exige o engajamento coletivo de professores, gestores e famílias, aliado à presença de projetos pedagógicos que unam acolhimento, escuta e intervenção preventiva.

Palavras-chave: saúde mental, educação, políticas públicas, inclusão, práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The growing concern about the emotional distress of children and adolescents has brought to the center of the educational debate the importance of understanding the school as a space for promoting mental health and socio-emotional well-being. This study aims to analyze the role of the school institution in the prevention of emotional disorders, investigating how public policies and pedagogical practices can be articulated to build inclusive and humanized environments. The research, of a qualitative and bibliographic nature, is based on authors such as Almeida (2023), Silva (2023), Tavares (2024), and Vygotsky (2009), who discuss the psychosocial dimension of learning and affective mediation in the formation of the subject. The results indicate that, although educational policies are advancing in the valorization of socio-emotional education, gaps persist between discourse and practice. It is concluded that strengthening mental health in the school context requires the collective engagement of teachers, managers, and families, combined with the presence of pedagogical projects that unite welcoming, listening, and preventive intervention.

Keywords: mental health, education, public policies, inclusion, pedagogical practices.

RESUMEN

La creciente preocupación por el malestar emocional de niños, niñas y adolescentes ha situado en el centro del debate educativo la importancia de comprender la escuela como un espacio para promover la salud mental y el bienestar socioemocional. Este estudio analiza el papel de la institución escolar en la prevención de trastornos emocionales, investigando cómo las políticas públicas y las prácticas pedagógicas pueden articularse para construir entornos inclusivos y humanizados. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, se basa en autores como Almeida (2023), Silva (2023), Tavares (2024) y Vygotsky (2009), quienes abordan la dimensión psicosocial del aprendizaje y la mediación afectiva en la formación del sujeto. Los resultados indican que, si bien las políticas educativas avanzan en la valorización de la educación socioemocional, persisten brechas entre el discurso y la práctica. Se concluye que fortalecer la salud mental en el contexto escolar requiere el compromiso colectivo de docentes, directivos y familias, junto con la presencia de proyectos pedagógicos que integren la acogida, la escucha activa y la intervención preventiva.

Palabras clave: salud mental, educación, políticas públicas, inclusión, prácticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre saúde mental deixou de ser um tema exclusivamente da área da saúde e passou a fazer parte das preocupações da escola. Nos últimos anos, tornou-se visível o aumento de comportamentos de ansiedade, desmotivação, afastamento social, crises emocionais e dificuldades de convivência entre crianças, adolescentes e até profissionais da educação. Esses sinais aparecem na sala de aula, no recreio, nas relações entre colegas e no rendimento escolar, o que mostra que o processo de aprender está diretamente ligado às condições emocionais de quem aprende. Assim, a escola passa a ser chamada não apenas para ensinar conteúdos, mas para criar ambiências de cuidado, acolhimento e pertencimento.

Ao mesmo tempo, as redes de ensino e os sistemas educacionais vêm incorporando a ideia de que o desenvolvimento socioemocional faz parte da formação integral. Fala-se em empatia, autorregulação, convivência e mediação de conflitos, mas nem sempre essas orientações chegam ao cotidiano da escola de forma organizada. Muitas instituições ainda tratam questões emocionais apenas quando há crise, quando surge um episódio de violência, de automutilação ou de indisciplina grave. Falta transformar o tema em prática pedagógica contínua, planejada, que envolva toda a equipe e não só o professor de sala.

Outro ponto que torna o tema relevante é que a escola, por ser o espaço público que acompanha a criança por mais tempo, está em posição privilegiada para perceber mudanças de

comportamento e acionar a rede de proteção. Quando há alinhamento entre o que a escola faz, o que a gestão orienta e o que as políticas públicas propõem, torna-se possível construir um ambiente que protege, previne e fortalece vínculos. Quando esse alinhamento não existe, o cuidado fica fragmentado e a responsabilidade acaba recaindo sobre o professor isoladamente.

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar o papel da escola como promotora de saúde mental e de bem-estar socioemocional, observando de que forma as políticas públicas e as práticas pedagógicas podem ser articuladas para garantir um ambiente inclusivo, preventivo e de suporte para estudantes e educadores. A proposta é mostrar que a saúde mental na escola não é atividade extra, mas parte do projeto educativo, e que sua efetivação depende tanto de ações pedagógicas quanto de condições institucionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre saúde mental na escola vem se consolidando como campo interdisciplinar, em que educação, psicologia e políticas públicas se entrelaçam na busca por estratégias de acolhimento e prevenção do sofrimento psíquico. A escola contemporânea deixou de ser apenas um espaço de transmissão de saberes e passou a ser reconhecida como ambiente social de convivência e desenvolvimento humano. Isso significa compreender que a formação integral do sujeito ultrapassa a dimensão cognitiva e alcança o campo afetivo, ético e relacional.

Ao longo das últimas décadas, diferentes teorias pedagógicas apontaram que a educação não pode ignorar as emoções, pois elas são estruturantes da vida e da aprendizagem. Vygotsky (2009), ao discutir a relação entre pensamento e linguagem, já advertia que as emoções são parte constitutiva da consciência, influenciando diretamente os processos de desenvolvimento. Na mesma perspectiva, Wallon (2007) compreende que o movimento e o afeto estão na base da inteligência, sendo a escola o espaço privilegiado para transformar essas experiências em conhecimento e autonomia.

Esse entendimento torna urgente a reflexão sobre o papel das políticas públicas e das práticas pedagógicas na promoção da saúde mental escolar. A seguir, são discutidos três eixos fundamentais para essa articulação: as políticas públicas, a dimensão socioemocional da aprendizagem e as práticas pedagógicas inclusivas associadas ao cuidado docente.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL ESCOLAR

As políticas públicas voltadas à educação e à saúde mental refletem o reconhecimento de que o bem-estar emocional é um direito social e condição essencial para a aprendizagem. O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, representa uma das primeiras tentativas de articulação intersetorial entre saúde e educação no Brasil. De acordo com Santos *et al.*, (2024), a efetividade dessas ações depende da continuidade das políticas e do diálogo entre diferentes esferas governamentais. Entretanto, muitas escolas ainda não dispõem de infraestrutura nem de equipes multiprofissionais capazes de implementar ações preventivas e de acompanhamento psicossocial.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) definem a educação como direito de todos e dever do Estado, reforçando o princípio da formação integral. Contudo, como aponta Diniz (2025), o Estado ainda enfrenta dificuldades em garantir suporte emocional dentro das instituições públicas de ensino. Os desafios vão desde a ausência de psicólogos escolares até a descontinuidade de projetos voltados à escuta e ao acolhimento de estudantes em sofrimento psíquico.

Para De Castro e Lelis (2025), as políticas de saúde mental só se tornam efetivas quando incorporadas à rotina escolar, envolvendo professores, gestores, famílias e comunidade. Não basta propor campanhas ou palestras esporádicas; é preciso transformar o cuidado em eixo do projeto pedagógico. Morin (2000) acrescenta que o Estado democrático deve assumir a complexidade humana em suas políticas, reconhecendo a inseparabilidade entre o cognitivo e o emocional, o que implica uma educação voltada para a solidariedade e para o viver junto.

Além disso, as políticas precisam reconhecer que o adoecimento mental no ambiente escolar também está associado às condições de desigualdade e vulnerabilidade social. Segundo Santos *et al.*, (2025), o aumento dos índices de ansiedade e depressão entre estudantes está diretamente relacionado à precariedade socioeconômica e à falta de perspectiva de futuro. Assim, as políticas públicas de promoção da saúde mental devem dialogar com outras áreas, como assistência social e cultura, garantindo ações que envolvam toda a comunidade educativa.

Quando a política pública é contínua e intersetorial, a escola torna-se um espaço de proteção social. Mas quando há fragmentação institucional, as ações perdem força e recaem sobre o professor, que se vê obrigado a lidar sozinho com situações que exigem apoio especializado.

Nessa perspectiva, Freire (1996) defende que a educação precisa ser comprometida com a libertação e com a humanização, o que inclui a criação de condições concretas de cuidado e acolhimento dentro da escola.

2.2 A DIMENSÃO SOCIOEMOCIONAL DA APRENDIZAGEM

A aprendizagem é um fenômeno que se constrói a partir da interação entre aspectos cognitivos, afetivos e sociais. De acordo com Vygotsky (2009), o pensamento é moldado pelas relações que o sujeito estabelece com o mundo, e as emoções são parte integrante desse processo. Quando o aluno vivencia um ambiente de segurança e reconhecimento, sua capacidade de atenção, memória e criatividade se amplia. Por outro lado, ambientes marcados por tensão, desvalorização e medo tendem a bloquear o aprendizado.

Wallon (2007) acrescenta que o desenvolvimento humano ocorre em fases nas quais o afeto, o movimento e a inteligência estão interligados. Ignorar as emoções no processo educativo é negar a própria essência do ato de aprender. A escola, portanto, deve se constituir em espaço de expressão e diálogo, no qual o aluno possa sentir-se pertencente e compreendido. Para Oliveira (2023), o fortalecimento das competências socioemocionais não é tarefa secundária, mas uma necessidade urgente diante do aumento de casos de ansiedade e depressão entre jovens.

Freire (1996) reforça que educar é um ato de amor e coragem, pois exige a abertura para o outro e o reconhecimento de que ninguém se forma sozinho. Essa perspectiva aproxima o educador do papel de mediador das emoções, orientando os estudantes a compreenderem e gerirem seus sentimentos. Morin (2000) complementa afirmando que a educação precisa ensinar o ser humano a “viver e conviver”, unindo razão e sensibilidade como faces inseparáveis da formação.

Almeida (2023) observa que o desenvolvimento socioemocional deve estar integrado ao currículo e não confinado a atividades extracurriculares. Projetos de mediação de conflitos, rodas de conversa e práticas cooperativas são ferramentas eficazes para desenvolver empatia, escuta ativa e cooperação. Esses espaços de convivência favorecem o respeito às diferenças e fortalecem o sentido de comunidade escolar.

Diniz (2025) argumenta que o trabalho com habilidades socioemocionais também contribui para a redução da evasão escolar e para o aumento do engajamento acadêmico, pois

alunos emocionalmente acolhidos demonstram maior motivação e desempenho. Nesse sentido, cuidar da dimensão emocional não é um ato assistencialista, mas um investimento pedagógico essencial para garantir o direito à aprendizagem e à vida plena.

2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E O CUIDADO DOCENTE

As práticas pedagógicas inclusivas estão no centro do debate sobre saúde mental escolar. Segundo Dos Santos Silva (2023), a inclusão não se limita à presença física dos alunos na sala de aula, mas ao reconhecimento das suas diferenças cognitivas, sociais e emocionais. Uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que oferece múltiplas formas de participação, incentivando o diálogo e o respeito à diversidade.

Freire (1996) já alertava que a prática educativa é também um ato político, e que o professor precisa compreender as condições concretas dos seus alunos para construir um ensino libertador. Isso implica planejar atividades que considerem o contexto de vida, as limitações e as potencialidades de cada estudante. Almeida (2023) reforça que o acolhimento não é sinônimo de complacência, mas de sensibilidade e escuta, pois só é possível ensinar quando se compreende o outro em sua totalidade.

Além do olhar voltado para os estudantes, o cuidado com o professor é fundamental. De acordo com Cardoso (2019), o número crescente de afastamentos por transtornos mentais entre docentes evidencia o esgotamento provocado pelas pressões institucionais e pela sobrecarga de responsabilidades. Ambientes escolares que não oferecem suporte emocional e pedagógico favorecem o adoecimento e reduzem a qualidade da educação.

Morin (2000) propõe o conceito de “ecologia das relações humanas”, defendendo que a escola precisa equilibrar exigência e empatia, garantindo tempo de descanso, diálogo e formação continuada aos seus profissionais. Quando o docente é ouvido e valorizado, cria-se um círculo virtuoso de bem-estar coletivo. A cultura institucional do cuidado, portanto, deve alcançar toda a comunidade educativa — professores, alunos e famílias — como expressão concreta de uma educação humanizadora.

Dos Santos Silva (2023) conclui que o cuidado docente é condição de possibilidade para o cuidado com os estudantes. Em escolas que promovem momentos de troca entre educadores, projetos colaborativos e práticas de autocuidado, observam-se relações mais saudáveis e

resultados pedagógicos mais consistentes. O fortalecimento da saúde mental escolar passa, assim, pelo reconhecimento do professor como sujeito de direitos, sensível às demandas do tempo e mediador de experiências significativas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo, buscando compreender de que modo as práticas pedagógicas e as políticas públicas se articulam para promover a saúde mental e o bem-estar socioemocional no contexto escolar. Segundo Gil (2022), a pesquisa bibliográfica permite a análise e a sistematização de produções científicas já existentes, possibilitando a identificação de lacunas e o aprofundamento teórico sobre determinado tema. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de examinar criticamente o que diferentes autores têm produzido acerca da interface entre educação, saúde e inclusão.

De acordo com Minayo (2021), a abordagem qualitativa é adequada quando se pretende compreender fenômenos complexos ligados ao comportamento humano, às relações sociais e aos significados construídos no cotidiano. Nessa perspectiva, o estudo analisa publicações acadêmicas, livros e artigos científicos produzidos entre 2018 e 2024, priorizando obras que tratam de políticas públicas educacionais, desenvolvimento socioemocional e práticas pedagógicas inclusivas. O recorte temporal contempla o período pós-pandemia, considerando o impacto desse contexto na saúde emocional de alunos e professores.

O processo de análise seguiu os princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que consiste em identificar, categorizar e interpretar unidades de significado presentes nas obras selecionadas. Essa técnica permite organizar as informações em torno de eixos temáticos, como políticas públicas, dimensão socioemocional e práticas pedagógicas. Assim, a metodologia adotada possibilita não apenas descrever o fenômeno estudado, mas também interpretá-lo à luz dos referenciais teóricos que sustentam a discussão.

Por fim, vale destacar que a pesquisa tem caráter exploratório, voltado à reflexão crítica e à ampliação do debate sobre a promoção da saúde mental na escola. O estudo não envolve coleta de dados empíricos, mas propõe-se a oferecer subsídios teóricos que possam orientar novas práticas e políticas educacionais. A análise foi conduzida de forma ética e rigorosa, respeitando

a fidelidade das fontes e o compromisso com a integridade acadêmica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa bibliográfica apontam que a promoção da saúde mental na escola não pode ser tratada como ação pontual, mas como componente estruturante do projeto pedagógico. A literatura analisada demonstra que instituições que incorporam o cuidado emocional de forma integrada à prática educativa apresentam maior engajamento estudantil, menor evasão e melhor clima organizacional (Santos, 2024). Esses achados confirmam que a educação emocional e o desenvolvimento de competências socioafetivas são elementos essenciais para a formação integral dos sujeitos e para a prevenção de transtornos psíquicos que afetam o rendimento escolar.

De acordo com Dos Santos Silva (2023), a escola que se propõe a ser um espaço de promoção de saúde mental precisa repensar suas relações internas, a gestão do tempo, o modo de avaliação e, sobretudo, a comunicação entre os diferentes atores do processo educativo. Isso implica reconhecer que a saúde mental não se reduz à ausência de doença, mas envolve bem-estar, pertencimento e sentido de coletividade. Tais elementos só se constroem quando há diálogo, empatia e escuta — princípios pedagógicos que Freire (1996) já defendia ao afirmar que a prática educativa é sempre um ato de amor e coragem.

A pesquisa revelou, ainda, que a maioria das políticas públicas voltadas à saúde mental escolar apresenta limitações na fase de implementação. O distanciamento entre as diretrizes nacionais e a realidade das escolas resulta, muitas vezes, em projetos fragmentados e de curta duração. Cardoso (2019) observa que essa descontinuidade gera frustração nos docentes e impede a criação de uma cultura institucional do cuidado. Além disso, a ausência de acompanhamento técnico e de apoio psicológico para professores fragiliza as ações, transformando o tema em responsabilidade individual e não coletiva.

Freire (1996) reforça que nenhum educador atua de forma isolada, e que a escola precisa se constituir como comunidade de trabalho e de afeto. Esse entendimento converge com Morin (2000), que defende uma pedagogia da solidariedade, em que a instituição educativa seja espaço de diálogo entre saberes e sensibilidades. Sob essa ótica, os resultados indicam que a saúde mental deve ser vista como eixo transversal da educação, articulando currículo, convivência e

formação docente.

Outro ponto relevante é que as práticas pedagógicas inclusivas desempenham papel central no fortalecimento da saúde emocional dos alunos. Ambientes de aprendizagem que valorizam a diversidade e promovem a participação ativa dos estudantes contribuem para o sentimento de pertencimento e reduzem comportamentos de isolamento e violência (Dos Santos Silva, 2016). A inclusão, quando efetiva, não apenas combate desigualdades, mas cria vínculos de confiança entre professores e alunos. Isso reforça a importância da afetividade como ferramenta pedagógica, conforme destaca Vygotsky (2009), ao reconhecer o papel do outro como mediador do desenvolvimento.

Os resultados também evidenciam que a saúde mental do professor é determinante para o equilíbrio da comunidade escolar. Cardoso (2019) aponta que o esgotamento físico e emocional do docente compromete sua capacidade de escuta e empatia, afetando diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Almeida (2023) argumenta que o cuidado com o educador deve ser política institucional e não medida individual, o que inclui espaços de acolhimento, diálogo entre pares e valorização profissional. Assim, promover saúde mental na escola significa cuidar de todos que fazem parte dela — alunos, professores, gestores e famílias.

A análise das obras evidencia, portanto, a necessidade de um novo paradigma de gestão escolar, baseado na intersetorialidade e na corresponsabilidade. Isso implica superar o modelo fragmentado e burocrático de execução das políticas públicas, priorizando ações contínuas e dialógicas. Morin (2000) chama essa abordagem de “pensamento complexo”, capaz de articular emoção e razão, sujeito e coletividade.

Esses achados reforçam que o fortalecimento da saúde mental na escola exige tempo, planejamento e compromisso institucional. Não se trata de introduzir mais tarefas ao professor, mas de redefinir a própria concepção de ensino, para que o aprendizado seja vivido como experiência integral. A escola emocionalmente saudável é aquela que reconhece os vínculos como parte do processo formativo e compreende o cuidado como ato pedagógico e político. Quando o ambiente escolar é permeado por relações humanas equilibradas, o desenvolvimento cognitivo e afetivo floresce em conjunto, tornando possível a construção de uma educação mais inclusiva, justa e sensível à vida.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que a saúde mental é um dos pilares fundamentais da formação integral e deve ser compreendida como parte inseparável do processo educativo. As análises permitiram constatar que o bem-estar socioemocional de alunos e professores está intimamente ligado à qualidade das relações interpessoais e às condições institucionais de trabalho e convivência. A escola, enquanto espaço de socialização e construção de saberes, tem papel estratégico na prevenção de situações de sofrimento psíquico e na promoção de uma cultura de acolhimento, escuta e empatia.

Verificou-se que as políticas públicas voltadas à saúde mental escolar avançaram em termos conceituais, mas ainda enfrentam desafios significativos em sua implementação. A falta de continuidade das ações, a escassez de equipes multiprofissionais e a ausência de formação docente específica limitam o alcance das propostas governamentais. Essa lacuna reforça a necessidade de políticas integradas e sustentáveis, que unam educação, saúde e assistência social, garantindo suporte emocional e pedagógico contínuo aos educadores e estudantes.

As práticas pedagógicas analisadas mostraram que o desenvolvimento socioemocional favorece a aprendizagem, fortalece vínculos e melhora o clima escolar. Projetos que priorizam o diálogo, a cooperação e o respeito à diversidade contribuem para que a escola se torne um ambiente de pertencimento e de construção coletiva. Além disso, o cuidado com o docente mostrou-se indispensável, pois a saúde emocional do professor impacta diretamente a qualidade das relações educativas e o sucesso do processo formativo. Valorizar o educador significa reconhecer sua humanidade e criar condições para que ele também seja sujeito de cuidado.

Conclui-se, portanto, que a efetividade das políticas e práticas voltadas à saúde mental na escola depende do compromisso ético e político de todos os envolvidos. A promoção do bem-estar precisa estar no centro do projeto pedagógico e não nas margens. Quando a escola assume essa responsabilidade de forma consciente e colaborativa, ela contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, mas também para a formação de cidadãos emocionalmente equilibrados, empáticos e socialmente engajados. Assim, cuidar da saúde mental é, em última instância, cuidar da própria essência educativa e da construção de uma sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.F. **Saúde mental e escola: desafios contemporâneos da educação emocional**. São Paulo: Cortez, 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 27 de novembro de 2025.
- BRASIL. **Programa Saúde na Escola – PSE**. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 6 dez. 2007. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>. Acesso em 27 de novembro de 2025.
- CARDOSO, A. M. *et al.* Síndrome de Burnout e docência: uma revisão integrativa. **Revista Expressão Católica**, v. 8, n. 2, p. 7-14, 2019.
- DE CASTRO, Y. K. M.; LELIS, H. R.. SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO ESCOLAR BRASILEIRO. **REVISTA FOCO**, v. 18, n. 1, p. e7415-e7415, 2025.
- DINIZ, B. F. **Desafios para a prática da psicologia escolar no IFSP: ensino técnico e sofrimento psíquico**. 2025. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DOS SANTOS SILVA, L. G. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões**. Editora Paulinas, 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.
- OLIVEIRA, G. I. S. **Desafios Socioeducativos na era Digital: Promoção de Competências Socioemocionais e Prevenção de Comportamentos de Risco em Crianças e Famílias**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra (Portugal).
- SANTOS, E.M. *et al.* **Os grupos de trabalho intersetorial e o Programa Saúde na Escola: impactos para a realidade**. 2024.
- SILVA, P. G. **Educação e saúde mental: o papel da escola no desenvolvimento socioemocional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.
- TAVARES, C. R. **Saúde mental e inclusão escolar: caminhos para uma educação humanizadora**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WALLON, H.. **A evolução psicológica da criança.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

